

# INTERDEPENDÊNCIA: UMA VISÃO CONTEMPORÂNEA DA “TEORIA” DA DEPENDÊNCIA<sup>1</sup>

Miguel Augusto Guggiana<sup>2</sup>

## SINOPSE

*O objetivo deste artigo é destacar a modernidade da “teoria” da dependência, que, atualmente, constitui-se na tendência à interdependência. Para tanto, apresenta-se um estudo evolutivo desde sua origem cepalina até o seu novo caráter, na internacionalização do processo produtivo mundial, demonstrando a presença constante e atual, ainda que modificada, das questões essenciais pertinentes à “teoria” da dependência.*

Palavras-chave: Dependência, economias díspares, subdesenvolvimento, internacionalização de mercados, interdependência .

## 1 INTRODUÇÃO

O tema “teoria” da dependência, que, em uma visão superficial, parecia não oferecer margem a novas versões e interpretações, surpreendeu à medida que se avançava nas pesquisas a respeito, pela riqueza de fatos que redefiniram conceitos, formas e, obviamente, conteúdos originais, sem, contudo, significar que tenha havido supressão da dependência.

À medida que se tentava resgatar as formulações básicas da “teoria” da dependência, procurava-se, ao mesmo tempo, destacar suas novas conotações, dando-lhes uma atenção especial por serem alterados alguns de seus fundamentos iniciais, o que estabelece, por conseqüência, novas verdades e versões.

Tais redefinições justificam-se por ter havido mudanças estruturais desde o período de sua identificação até os dias atuais. Basta, nesse sentido, citar aquelas que se ligam aos temas articulados pela “teoria”, como conceito de desenvolvimento, formas de inserção internacional dos países, modos de produção, papel do Estado, regime político dos países latino-americanos e suas relações internacionais, dentre outros.

<sup>1</sup> Trabalho apresentado para obtenção do grau de Especialista em Mercosul e Desenvolvimento Regional na Universidade de Passo Fundo, junho de 1998.

<sup>2</sup> Economista e professor da Universidade de Passo Fundo.

Teor. Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 7	n. 13	p. 141-162	nov. 1999
-------------------	-------------	------	-------	------------	-----------

Para o desenvolvimento do tema, divide-se o trabalho da seguinte forma: na parte dois, resgatam-se o papel e os fundamentos da Cepal, a qual se tornou o berço da formação dos teóricos que se dedicaram à questão da dependência, procurando registrar diversas versões daquele pensamento, em especial a análise crítica da Mantega. A terceira parte encerra o questionamento acerca de se considerar o tema como “teoria”, privilegiando a visão de Cardoso, que não lhe confere o *status* teórico; dessa forma, parte-se do exame da essência da dependência, desde a visão pioneira de Prebisch até o pensamento contemporâneo de Cardoso, passando também por outros autores.

Na mesma linha de análise, na quarta parte, apresentam-se as diversas formas como as relações de dependência materializam-se, das clássicas às mais singulares, sob a ótica de diversos autores e em diferentes épocas. Na seqüência, a quinta parte identifica, com base nas análises de Cardoso e Furtado, a internacionalização do processo produtivo, que nada mais é do que a globalização da economia e que, pelas suas repercussões, alterou o relacionamento entre os países, trazendo um novo caráter à questão da dependência.

Já a sexta parte analisa as alterações que esse novo enfoque ou nova realidade econômica gerou à visão tradicional de dependência ao trazer à tona algumas contradições e irracionalidades que o processo apresenta. Por fim, na sétima parte, faz-se um contraponto entre a existência de dependência ou interdependência entre os países, demonstrando que este último, mais contemporâneo e com base na contribuição de autores como Mantega e Montoya, tem realçado seus pontos positivos num relacionamento de dependência que sempre existiu, mas que hoje é redescoberto através de novos enfoques.

## 2 A COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE- CEPAL

Para abordar a questão da dependência, obrigatoriamente, deve-se resgatar a contribuição da Cepal, entidade que gerou, por intermédio de seus economistas, novas concepções sobre o desenvolvimento da América Latina.

Com o final da Segunda Guerra Mundial (1945), gerou-se um clima de inquietação para o Primeiro Mundo no que diz respeito ao problema do subdesenvolvimento, ou seja, a superação da pobreza nos países subdesenvolvidos. Foi nessa época que, segundo as palavras de Moraes (1995), as Nações Unidas adotaram como prioridade a recuperação de regiões desgastadas pela guerra e a elaboração de políticas para fazer frente ao subdesenvolvimento da América Latina.

Em 1947, o Conselho Econômico e Social - CES, órgão das Nações Unidas, chegou à conclusão de que as economias latino-americanas necessitavam de ajuda para a

reconstrução econômica do período pós-guerra. O CES constatou também uma tendência à deterioração dos termos de troca, além de identificar que as economias tendiam a um crescimento excessivamente lento. A partir dessas constatações, o CES decidiu criar a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - Cepal - “por um período experimental de três anos”. Em 1951, a Organização das Nações Unidas - ONU - tornou aquela entidade seu membro permanente.

O mesmo autor (p.20-24) diz que a imagem “que deu rosto” ao projeto cepalino era “a idéia de que o subdesenvolvimento é um círculo vicioso”,<sup>3</sup> cuja ruptura não é fácil nem muito menos “natural”, e que o subdesenvolvimento era considerado como algo “estrutural”, como “sistema em que o centro e periferia coexistem e se determinam mutuamente”.

Na visão de Cardoso e Helwege (1993), o ponto de partida da Cepal era a idéia de que o mundo tem dois pólos, o centro e a periferia, sendo a estrutura de produção significativamente diferente em cada um deles: “no centro, a estrutura é diversificada e na periferia, é especializada”.

Para Furtado (1983, p.103), na idéia central irradiada pela Cepal, estava “a percepção de que os países que se haviam especializado na exportação de uns poucos produtos primários e que nesse quadro haviam começado a industrializar-se, estavam submetidos a pressões de balanço de pagamentos com raízes estruturais, o que se traduzia numa elasticidade-renda da demanda de manufaturas importadas muito superior à unidade”.

Segundo Moraes (1995, p.34), o caminho para a ruptura das condições adversas ao desenvolvimento dar-se-ia com Prebisch, que, em 1947, registrou em sua obra “praticamente o diagnóstico, prognóstico e receituário aplicado sobre as economias latino-americanas e sua história”. As idéias que ordenavam a reflexão de Prebisch eram: a necessidade de “redistribuir a renda, intervenção estatal nas instituições econômicas, defasagem entre efeitos sociais e privados da alocação espontânea de recursos produtivos” ( p.35).

Moraes indica, igualmente, como elemento basilar do pensamento cepalino, as “desvantagens reiterativas” constatadas nos resultados do relatório do Secretariado da ONU, em 1949. De acordo com esses resultados, havia uma nítida tendência à deterioração dos termos de intercâmbio (entre países desenvolvidos e industrializados) e à estagnação econômica nos países exportadores de produtos primários, fatos que se

<sup>3</sup> Para Nurske (apud Moraes, 1995, p.25), o incentivo ao uso do capital é limitado pelo pequeno tamanho do mercado, o qual decorre do baixo nível de produtividade; esse se deve à pequena quantidade de capital usado na produção, a qual, por sua vez, deve-se ao pequeno tamanho do mercado. Assim, um país é pobre porque é pobre, o que definiria o círculo vicioso da pobreza.

opunham à clássica doutrina das vantagens comparativas da especialização no comércio internacional.

Prebisch citado por Moraes (1995, p.36), em 1949, reforçou a idéia anterior em seu conhecido estudo *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas*, em que “contesta a tese clássica sobre as vantagens econômicas da divisão internacional do trabalho argumentando que ela se baseia numa premissa falsa: a de que o fruto do progresso técnico tende a se repartir igualmente por toda coletividade humana, através do nível de vida das massas (salários) e das forças de capitalização remuneração do capital.” O correto, segundo Prebisch, seria uma tese oposta a essa, pois “existe uma defasagem significativa entre as remunerações dos fatores dos países centrais e periféricos”. O autor contesta, dessa forma, a “teoria pura do comércio internacional”, apontando a necessidade de uma política econômica “intervencionista, protecionista e industrializante”(id., ibid.).

A contribuição derivada do pensamento de Prebisch, visando ao desenvolvimento da América Latina, foi destacada na análise de Furtado (1983, p.102-103) como sendo o “processo de substituição de importações”.<sup>4</sup> “A Cepal não via na industrialização latino-americana uma ‘anomalia’, um desvio do princípio das vantagens comparativas, e sim um caso original de diversificação das estruturas produtivas face a condições externas sobremodo adversas.”

Confirmando essa importância, destaca-se o pensamento da Cepal veiculado em seu caderno *Desarrollo, industrialización y comercio exterior* (1977, p.10), que considera o setor industrial a chave para impulsionar o crescimento econômico e proporcionar as mudanças estruturais indispensáveis para esse crescimento. Paradoxalmente (ibid., p.22), esse processo de “crescimento para dentro”, à primeira vista considerado uma medida restritiva, aumentou as importações, conseqüência das necessidades de “ingredientes” externos para impulsionar o desenvolvimento proposto. Dessa forma, estabeleceu-se “outro esquema de dependência com respeito a influências externas”.

Finalizando a abordagem a respeito da Cepal, seleciona-se o pensamento crítico de Mantega (1995), que, embora reconheça os méritos dessa, destaca alguns pontos negativos em sua atuação. Dois desses merecem um grifo especial: o primeiro revela que a industrialização, a intervenção estatal e a criação do mercado interno não configuraram um processo inédito, interpretando, segundo o autor, um processo já em andamento no Brasil e em outros países da América Latina; o segundo foi que os

---

<sup>4</sup> O termo *substituição de importações* refere-se a um processo interno de desenvolvimento, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial (Sandroni, 1994, p.340).

preceitos cepalinos foram efetivamente colocados em prática pelos governos, alcançando seus objetivos essencialmente sob o ponto de vista econômico, porém não estenderam os benefícios auferidos para a área social. A Cepal, segundo Mantega, ao postular o desenvolvimento capitalista, supôs que, dessa forma, traria benefícios sociais gerais.

O exame de diversos autores sobre a Cepal, com suas diferentes interpretações, enriquecido pela visão crítica de Mantega, gera uma idéia do contexto em que se desenvolveram os fundamentos cepalinos e a “teoria” da dependência, a qual foi o berço da formação de teóricos que se dedicaram a essas questões.

### 3 “TEORIA” DA DEPENDÊNCIA

Antes de mais nada, convém ressaltar que o termo *teoria da dependência* é um tanto controvertido. Examinando a posição de Cardoso (1995, p.100), observa-se que ele hesita em determinar a condição de dependência como uma *teoria*, lançando como alternativas para referir-se ao assunto “noção, conceito, ‘teoria’, caracterização ‘concreta’ ou o quê”. O autor coloca dúvidas em relação ao conceito, embasando seu ponto de vista em razões político-ideológicas e de natureza intelectual. Em relação às primeiras, argumenta que, na medida em que a “dependência” passa a ser o “amálgama confuso” de relações e articulações indeterminadas e na medida em que pretende fazer uma “teoria” a partir da escuridão de um “conceito brumoso”, recusam-se características de ciência a esse tipo de ideologia.

Do ponto de vista intelectual, o autor afirma que a dependência não possui o mesmo *status* teórico das categorias centrais do capitalismo, sintetizando suas razões da seguinte forma: “Não se pode pensar na dependência sem os conceitos de mais-valia, expropriação, acumulação, etc. A idéia de dependência se define no campo teórico marxista do capitalismo” (id. *ibid.*, p.100).

O autor não nega a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevem as análises sobre dependência. Assim, abre mão de utilizar aspas na expressão *teoria*, pois esta se associa ao campo mais amplo da teoria do capitalismo. Diz ele que a teoria da dependência é apenas um complemento da teoria do imperialismo, a qual requer uma revisão periódica da economia capitalista mundial e a caracterização da etapa atual do imperialismo (id. *ibid.*, p.101).

Outra opinião a respeito dessa controvérsia parte de Souza (1995, p.130) que, citando uma obra de Benakouche, diz que a “teoria” da dependência é um comple-

mento da teoria do imperialismo; contudo, para que se associe à teoria do imperialismo, é preciso que a principal contradição do sistema passe do âmbito das trocas entre nações para o das relações entre capital e trabalho, ocorram elas no interior do país ou em âmbito mundial. Em suas palavras, “sem essas adaptações a teoria da dependência não chega a ser uma teoria, mas uma *ideologia nacionalista*.”

Diante de tais argumentos, justifica-se e ampara-se aqui a utilização do termo “teoria” entre aspas no decorrer destes apontamentos. Parte-se, agora, para o exame dos fundamentos da “teoria” da dependência, iniciando-se com Sandroni (1994, p. 92), que define o termo *dependência* como designando um “sistema de relações econômicas, financeiras, políticas e culturais que mantém as nações subdesenvolvidas subordinadas aos grandes centros do mundo desenvolvido. A situação de dependência atinge especialmente os países de passado colonial recente, além dos que se iniciaram mais tarde no desenvolvimento industrial, estruturando-se como um sistema periférico, que se estende pelo chamado Terceiro Mundo<sup>5</sup> (África, Ásia e América Latina)”. Para o autor (p. 374), a “teoria” da dependência refere-se ao,

*conceito desenvolvido especialmente na América Latina para a explicação do atraso ou do subdesenvolvimento. A tese central afirma que os países dependentes são espoliados pelos países dominantes, que se apropriam do excedente gerado nos primeiros através de métodos violentos (período colonial) e atualmente, através do comércio, das relações de troca, do capital financeiro, etc., gerando o subdesenvolvimento.*

Na visão de Cardoso e Falleto (1985, p. 26), do ponto de vista econômico, “um sistema é dependente quando a acumulação e a expansão de capital não podem encontrar seu componente dinâmico essencial no interior do sistema”. Nas economias capitalistas, o componente central para o movimento de expansão é a capacidade de ampliar a escala de capital. Isso não se realiza sem a criação de novas tecnologias e expansão contínua da produção de “bens de capital”, que permitem o crescimento da expansão empresarial e a acumulação de capital.

Os autores prosseguem dizendo que a expansão das economias capitalistas requer apoio financeiro através de um sólido sistema bancário, buscando algumas delas complementaridade necessária em escala mundial a fim de continuarem em sua marcha de crescimento econômico. Para eles, “enquanto algumas economias nacionais precisam de matéria-prima produzida por trabalho não especializado, ou de bens industriais

<sup>5</sup> Para Sandroni (1994, p.348), o termo *Terceiro Mundo* designa “o conjunto das nações pobres da Ásia, África e América Latina que se situam entre os dois grandes blocos formados pelos grandes países capitalistas e pelos países socialistas industrializados (União Soviética e Europa Oriental)”. Contudo, tal conceito começa a ser questionado, como pode ser visto na colocação de Chesneaux (1996, p.12): “...dado que o Terceiro -Mundo perdeu seu status terceiro, após o desaparecimento do Segundo-Mundo (socialista)”.

produzidos por trabalho barato, outras precisam importar equipamentos e bens de capital em geral. (...) Enquanto algumas economias se tornam devedoras dos centros mundiais de capital financeiro, outras são credoras” (1985., p.26).

Cardoso e Helwege (1993, p 69-70) dizem que, na América Latina, a dependência explica o subdesenvolvimento, tendo surgido uma importante “doutrina”<sup>6</sup> (doutrina ou teoria dependentista) no fim da década de 1950, a qual abrange “uma ampla gama de interpretações e análises”.

Os autores apontam Paul Baran como um dos primeiros teóricos dessa doutrina, o qual afirmou que as regiões subdesenvolvidas, desenvolvendo-se economicamente, contrariariam interesses nos países capitalistas avançados; para evitar tal situação, essas deveriam aliar-se às elites pré-capitalistas no mundo em desenvolvimento, objetivando impedir um processo de industrialização que lhes é perigoso. Em tal linha de análise, dois pontos vinculados à dependência que suscitaram atenção especial dos estudiosos do assunto foram o subdesenvolvimento e as relações assimétricas entre países cêntricos e periféricos.

De um lado, tem-se a visão de Prebisch (apud Souza, 1993, p. 126), que analisa o subdesenvolvimento dos países periféricos na América Latina como dependente de fatores internos e externos. Os fatores internos são decorrentes da “concentração fundiária, da reduzida dimensão do mercado interno e da elevada taxa de crescimento demográfico”. A dimensão do mercado interno é reduzida devido à pobreza e à estrutura agrária inadequada. A pobreza e a baixa produtividade estão associadas e resultam de um baixo nível de renda; a elevada taxa de crescimento demográfico expande os gastos do Estado, reduz o investimento, a renda média, elevando a demanda por alimentos e aumentando o custo de vida urbano. Com o crescimento demográfico, a acumulação de capital precisa acelerar-se ainda mais a fim de reduzir o desemprego (p.126).

De outro lado, a visão sobre o subdesenvolvimento é apresentada por Cardoso e Faletto (1975, p. 26), que salientam mais a estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração de renda, difícil identificação dos sistemas produtivos e predomínio do mercado externo sobre o interno.

Nessa mesma linha, Furtado (1965, p.212-213) reforça a idéia, afirmando como característica de economias subdesenvolvidas a pauta de exportação pouco diversificada, que se concentra em alguns produtos (matérias-primas) e em quantidades “relativamente grandes”. Ressalta, ainda, a existência de um “grau elevado de dependência

---

<sup>6</sup> Os autores utilizam-se do termo *doutrina* ao invés de “teoria”, o que vai ao encontro das dúvidas e controvérsias levantadas anteriormente por Cardoso (1995).

do processo de formação de capital, com respeito ao intercâmbio externo. Não somente de dependência, no que concerne à formação de poupança, mas sobretudo, no que respeita à transformação dessa poupança em inversão real” (id. *ibid.*, p.197).

Segundo a análise de Richers (1975, p.117) , “só podemos entender o que está acontecendo nos países subdesenvolvidos quando observar-se que eles se desenvolvem dentro do contexto de um processo de produção e reprodução dependente”, ou, conforme assinalou Quijano,

*as sociedades nacionais latino-americanas - com a recente exceção de Cuba - pertencem indubitavelmente, e em seu conjunto, ao sistema de relações de interdependência formado pelos países capitalistas, e dentro disso, ocupam uma situação de dependência. Não é possível, por conseguinte, explicar adequadamente o processo conjunto de mudanças na América Latina nem nenhuma de suas dimensões significativas à margem desta situação histórica* (apud Richers, 1975, p.117).

Passando à questão da natureza das relações desiguais, tem-se a concepção de Santos (apud Richers, 1975, p.117), o qual concebe que, “dentro desse contexto histórico e estrutural, podem-se distinguir dois pólos: de um lado, os países dominantes (cêntricos) e, do outro, os dependentes (periféricos)”. O autor coloca como característica essencial dessas relações o desenvolvimento dos centros à custa das periferias “graças a um mecanismo internacional baseado no controle monopolístico do mercado que conduz à transferência dos excedentes gerados nos países dependentes aos países dominantes através da exportação de lucros e juros de empréstimos e investimentos estrangeiros” (id. *ibid.*, p. 117).

Santos prossegue dizendo que os países ficam cada vez mais endividados com essa “extração unilateral de recursos líquidos”, como também enfraquecem a sua estrutura interna no sentido de limitar “o desenvolvimento de seu mercado e de sua capacidade técnica e cultural, bem como a saúde moral e física de sua população, reproduzindo, assim, o atraso, a miséria e a marginalização social”. Esse relacionamento configura-se como desigual.

Com Furtado (1983), obtém-se uma explicação mais detalhada para essa relação assimétrica entre os países cêntricos e periféricos. Segundo ele, um aspecto fundamental está no fato de que “os países periféricos ao especializarem-se transformavam-se em importadores de novos bens de consumo, fruto do progresso tecnológico dos países cêntricos”(p.182). Portanto, desenvolvimento periférico passa a ser a diversificação do consumo de uma minoria cujo estilo de vida é ditado pela evolução cultural dos países de alta produtividade e na qual o desenvolvimento se apoiou, desde o início, no progresso tecnológico. Em suas palavras, “o controle do progresso tecnológico e a possibi-

lidade de impor padrões de consumo, da parte de certos países, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outros países, os quais se tornam dependentes” (id. *ibid.*, p.183).

Furtado (*ibid.*, p.20) assinala ainda que, conforme a análise da Cepal, a evidente insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano resulta de duas ordens de causas: de um lado, as estruturas sociais predominantes, que estimulam o consumo exagerado da população de alta renda, enfraquecendo a acumulação de capital; de outro, a deterioração das relações de troca entre o centro e a periferia à medida que a relação de preços entre os produtos industrializados e primários evolui desfavoravelmente para os periféricos.

Souza (1995, p. 129) reproduz sinteticamente as abordagens de dependentistas como Sunkel e Furtado, complementando que “os preços da periferia continuam a crescer menos do que os preços do centro, que exporta produtos incorporando técnicas superiores, o que origina uma dependência estrutural.” Assim, para esses, o atrelamento dos países periféricos aos centrais resulta do desenvolvimento do capitalismo e das necessidades das economias dominantes. E continua: “A dinâmica interna dos países periféricos condiciona-se ao seu papel na estruturação da economia mundial. Desse modo, o subdesenvolvimento não se caracterizaria pelo atraso, como explica a teoria convencional, mas seria uma conseqüência do desenvolvimento capitalista internacional”.

Um outro aspecto ligado aos assuntos articulados pela “teoria” da dependência e que atualmente se reveste de significativa importância é o posicionamento frente ao capital estrangeiro e sua relação com a dependência, merecendo, em conseqüência, um registro da postura de alguns teóricos dependentistas a respeito do seu papel.

Na ótica de Cardoso e Helwege (1993, p.71), os teóricos da dependência são “críticos acerbos das empresas multinacionais e do investimento estrangeiro”. Segundo ele, juntamente com Singer (1950), tem início a discussão sobre se os países em desenvolvimento importadores de capital realmente se beneficiaram das importações de capital, ou se beneficiaram relativamente mais do que os países exportadores de capital.

Para os autores (*id. ibid.*, p.72), os dependentistas aderiram a esse debate, complementando que a concentração histórica dos investimentos estrangeiros no setor primário beneficiou bem mais os capitalistas internacionais do que os nacionais. Ainda, segundo eles, os “investimentos estrangeiros não aperfeiçoaram substancialmente a base tecnológica da economia, porque o capital sofisticado e os técnicos qualificados são sempre trazidos do exterior e deixam pouca coisa útil no país”.

Os mesmos autores ainda argumentam que o investimento estrangeiro tem um impacto profundo nas relações sociais e políticas internas na América Latina, pois cria elites burguesas que se interessam apenas em defender os interesses associados ao êxito das firmas estrangeiras. Dizem eles, no entanto, que, paradoxalmente às críticas e restrições dos cepalinos, a própria Cepal, em seus fundamentos, admitia a convivência com o capital estrangeiro (id. *ibid.*, p.73).

A mesma constatação foi também apontada por Cardoso (1995, p.54), que identifica, no plano de metas básicas e dos instrumentos de política econômica para alcançar o desenvolvimento, elaborado pela Cepal, inclusive uma “política adequada de alocação de recursos externos”. Assim, o autor conclui que permaneceu uma grande indecisão sobre a política relativa aos capitais estrangeiros e a explicação da natureza da acumulação proposta.

Transcrevendo um artigo de Prebisch (1950), Cardoso (id. *ibid.*, p. 57-58) afirma que “as inversões estrangeiras, bem encaminhadas, poderiam contribuir para o aumento imediato da produtividade por homem”. Contudo, já em 1952, Prebisch advertia para a tendência “de que havia em emergência a formação de um novo mercado e este era interno”; criticava, entretanto, o capital estrangeiro por não haver acelerado esse processo.

Continuando sua análise, Cardoso observa que, a partir da metade da década de 1950, alteraram-se as relações centro-periferia, com a intensificação dos investimentos industriais à periferia por meio das empresas multinacionais. A Cepal, à margem de um declínio teórico-ideológico, reconheceu o ressurgimento dos investimentos estrangeiros, afirmando, entretanto, que o que impulsionava o desenvolvimento continuava sendo o mercado interno.

#### 4 FORMAS DE DEPENDÊNCIA

Depois de abordar a dependência, com ênfase na “teoria”, constata-se que as relações entre países cênicos e periféricos, dependentes, materializam-se de formas diversas. Passa-se, agora, a examiná-las através de diferentes visões de autores que se dedicaram ao tema em épocas distintas.

Inicialmente, Prebisch (s.d., p. 163), quando analisou o desenvolvimento sob a ótica da transição,<sup>7</sup> período que atravessaram os países latino-americanos, cita como formas de dependência a comercial, a financeira e a tecnológica, apontando, assim, as formas de dependência tradicionais.

---

<sup>7</sup> A transição à qual se refere Prebisch diz respeito às dificuldades dos países latino-americanos de modificarem as relações de dependência antes de atingirem suas etapas de desenvolvimento.

O autor, em outro momento, admite também a definição de dependência estrutural, originada de manifestações sociais e econômicas, apontando como principais manifestações na estrutura social que dificultam o progresso técnico e, conseqüentemente, o desenvolvimento social e econômico:

- a) a referida estrutura social “entorpece” a origem e o crescimento dos elementos dinâmicos da sociedade;
- b) essa se caracteriza em grande parte pelo privilégio na distribuição da riqueza, em conseqüência da distribuição da renda;
- c) esse privilégio não se traduz em grande acumulação de capital, a não ser em formas exageradas de consumo das camadas superiores em contraste com a precariedade do restante da população (Prebisch, 1965, p.12).

Em sua ótica, as dificuldades que originam a dependência estrutural não são geradas somente pela estrutura social, mas também pelo tipo de estrutura comercial. As importações industriais provenientes dos centros crescem desproporcionalmente em relação às exportações primárias, o que, aliado a outros fatores, gera o “estrangulamento” exterior do desenvolvimento. Ressalta, ainda, como outro fator da dependência estrutural o pequeno intercâmbio entre os países periféricos e também a restrição da relação de preços nesse intercâmbio, que afeta o poder de compra das exportações. Tal restrição demonstra a “debilidade congênita” dos países periféricos para reter todo o fruto do seu progresso técnico (id. *ibid.*, p.17).

Do mesmo modo, Souza (1995, p.128) fala sobre a dependência estrutural como tendo sua origem na relação de preços entre periferia e centro: os preços da periferia crescem menos que os preços do centro, uma vez que este exporta produtos agregados de tecnologia superior.

Outra ênfase seria dada por Bettelheim (apud Pereira, 1969, p.58), que define a dependência em dois níveis: político e econômico. No nível político, a forma mais absoluta da dependência é a dependência colonial, presente nos países ditos “subdesenvolvidos” da América, da Ásia ou da África, que foram ou permanecem países colonizados. Essencialmente, complementa o autor, a dependência colonial tem sido o “meio violento de uma exploração intensa dos países dominados e a origem ora da ruína de uma parte suas forças produtivas, ora da deformação da sua economia, pois esses países foram submetidos aos interesses das classes dominantes do país colonizador” (id. *ibid.*, p.59) .

Segundo Bettelheim (p. 59), “a dependência política pode tomar uma forma menos absoluta que a dependência colonial”, havendo exemplos numerosos e, de certa maneira, tradicionais em diversos países latino-americanos. Essa forma de dependên-

cia política baseia-se em vínculos estreitos de dependência econômica ou na “corrupção de uma parte do pessoal político dirigente desses países dependentes”. Características essenciais desses países dominados politicamente são a instabilidade política ou a existência de um “regime de ditadura ou pela alternância da instabilidade política e da ditadura”.

Cardoso e Faletto (1975, p.27) complementam essa idéia, afirmando que os sistemas político e econômico são interdependentes: “A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo.”

Na visão de Bettelheim (apud Pereira, 1969, p. 60), a dependência econômica de um país com respeito a outro é fruto de sua dependência política anterior a este país; pode tomar formas diversas, sendo a primeira a dependência comercial. Ressalta como característica de tal dependência o fato de o volume e o montante do comércio exterior de um país serem estreitamente dependentes das exportações para um número limitado de países (ou um único país), de um número igualmente muito limitado de produtos, frequentemente exportados em estado bruto.

O autor afirma ainda que a maior parte dos países que conhecem a dependência comercial têm a sua vida econômica dividida em dois setores: um setor ligado ao mercado exterior, que é, em geral, tecnicamente mais moderno e em que as relações de produção capitalista se desenvolveram mais e pertencem, em larga escala, ao capital estrangeiro; e um setor que satisfaz as necessidades internas, fracamente equipado, pouco capaz de se desenvolver e no qual as *relações de produção pré-capitalistas* são predominantes. Segundo ele, a dependência comercial pode ter, entretanto, outra origem: “Pode ser conseqüência de uma dependência financeira, isto é, da penetração na economia do país dependente de capitais provenientes de um país imperialista” (id. *ibid.*, p. 61).

Outro autor, Búnkina (1986, p. 20), apresenta uma visão refletindo sobre as mesmas concepções de Bettelheim, a dependência comercial e a financeira, incluindo as dependências tecnológica e alimentar. O autor afirma que a dependência dos países em desenvolvimento é determinada, em grande parte, pela estrutura do comércio exterior a eles imposta forçosamente pela especialização unilateral das exportações. A dependência dos países subdesenvolvidos na esfera do comércio internacional se agrava pelas medidas discriminatórias que as potências imperialistas aplicam às importações destes países. Tal dependência complementa-se com a dependência financeira em relação aos centros imperialistas visto que os investimentos estrangeiros converte-

ram-se, nas mãos do imperialismo mundial, em um poderoso instrumento de exploração neocolonial dos países emancipados.

O mesmo autor (1986) ressalta que uma das novas formas de dependência que vem se destacando nos últimos anos é a dependência tecnológica. Nesse plano, os “imperialistas” criaram uma situação altamente favorável; com efeito, o mercado de tecnologias está monopolizado em grau muito maior do que qualquer outro mercado de bens. Valendo-se do “neocolonialismo tecnológico”, “os monopólios transnacionais”, que são seus veículos concretos, cumprem dois objetivos: primeiro, amarram os países em desenvolvimento e limitam as possibilidades de um desenvolvimento independente de sua economia e, segundo, o monopólio das novas máquinas e tecnologias é utilizado, como todo monopólio, para obter “superbenefícios”, obtidos às custas dos trabalhadores dos países dependentes (id. *ibid.*, p.27-29).

Como inovação às formas tradicionais de dependência, Búnkina (*ibid.*, p.33) acrescenta a existência de outro modo relativamente novo de exploração dos países dependentes, que é a utilização, pelos “centros do imperialismo, pelas potências imperialistas e pelas transnacionais, da dependência alimentar dos mesmos”. Essa consiste em que uma quantidade cada vez maior de países em desenvolvimento apresentam-se incapazes de abastecer a sua população de produtos alimentícios, passando a ser as “potências imperialistas”- os Estados Unidos em primeiro lugar - os principais exportadores desses produtos.

O autor afirma que o problema alimentar e a dependência a ele ligada são heranças do colonialismo. Na época da dominação colonial, os colonizadores implantaram nos territórios invadidos cultivos de açúcar, tabaco e café, dedicando, para isso, superfícies imensas. Depois da independência, a estrutura da agricultura ficou igual, e grande parte das terras dedicadas aos citados cultivos permaneceram em mãos de representantes das antigas metrópoles. Além disso, os governos de muitos desses países, diante da falta de divisas, continuaram fomentando a produção de cultivos para a exportação (id. *ibid.*, p.34-35).

Souza (1995, p. 129), revisando as idéias dos autores já citados, elabora uma síntese das principais formas de dependência como sendo:

- 1) *dependência comercial, que provém da deterioração das relações de troca, da existência de um ou dois produtos de exportação e da necessidade de abastecimento de um ou dois mercados;*
- 2) *dependência tecnológica e científica, onde o país periférico depende do ritmo do desenvolvimento tecnológico dos países centrais, da disposição desses países em liberarem ou não tais inovações e da viabilidade dessa transferência;*

3) *dependência financeira, que decorre das outras formas de dependência, da elevação da taxa de juros internacional, do afluxo de capitais, etc.*

Aliada às outras formas de dependência, pode-se citar a “dependência cultural”, que, na análise de Cardoso (1995, p.200), “quase sempre” foi considerada uma consequência da situação da dependência em geral, merecendo reduzida atenção em termos diretos entre os primeiros teóricos de dependência. O autor, no entanto, coloca que estudiosos como Sunkel mencionam a “transculturização” que a internacionalização do sistema produtivo provoca, justificando, dessa forma, que se saliente o registro da existência deste tema:

*De qualquer modo, os enfoques da dependência, além de enfatizarem a relação entre as economias periféricas e as centrais em termos da expansão do capitalismo e de vê-los como relações de exploração entre classes e nações que dão às estruturas sócio-políticas dependentes certa especificidade, mostram também pelo menos, em alguma de suas formulações, que existem aspectos culturais diretamente ligados à manutenção da dependência (Sunkel, s.d.).*

Com base na análises de diversos autores a respeito das variadas formas de dependência, pôde-se verificar que, mesmo com o passar do tempo, essas mantiveram suas características básicas, adquirindo, no entanto, novas conotações, que foram particularmente examinadas por Cardoso e Furtado, intituladas na ordem como internacionalização de mercado e dívida externa *versus* monetarismo.

## 5 O NOVO CARÁTER DA DEPENDÊNCIA

Dentro da premissa anteriormente exposta, Cardoso (1975) e Furtado (1983) citam como atualização às formas de dependência, originada das modernas relações econômicas, respectivamente, a internacionalização do mercado e a dívida externa *versus* monetarismo. A análise dos autores permite uma visão bastante ampla sobre esse novo caráter da dependência por meio de abordagens teoricamente semelhantes, porém com estilos próprios.

Para se compreender esse novo caráter da dependência, inicialmente, tem-se que fazer a diferenciação entre a integração de economias industrial-periféricas ao mercado mundial e a integração de economias agroexportadoras a esse mercado, situações econômicas que se desenvolveram em períodos históricos distintos. Conforme Cardoso e Falleto (1975), a ligação das economias periféricas ao mercado mundial dá-se não só pelos laços entre centro e periferia, mas, sim, por causa dos investimentos industriais diretos realizados pelas economias centrais nos novos mercados nacionais (países periféricos), processo conhecido como *internacionalização do mercado*.

Os autores complementam sua idéia, afirmando que tais investimentos industriais com financiamento externo, em países periféricos, geram uma dependência caracterizada por um endividamento crescente, geralmente no curto prazo. Essa dependência apresenta, ainda, outras características: o fluxo de capitais e o controle das decisões econômicas “passam” pelo exterior; os lucros são remetidos para o país central de origem e as decisões de investimento dependem parcialmente de decisões e pressões externas, o que significa que as empresas estrangeiras podem optar em reinvestir seus lucros em uma economia central ou em uma economia periférica diferente da que originou tal lucro (id. *ibid.*, p.126).

A ligação da economia central à periférica, pela internacionalização do mercado, gera uma “revolução industrial” no país periférico, organizando a produção nas indústrias químicas, eletrônicas e automotrizes, produzindo um desenvolvimento tecnológico e científico, já que o país central envia grandes somas de capital e numerosos conhecimentos tecnológicos, aumentando, assim, o grau de dependência (*ibid.*, p.128).

Revendo a questão do novo caráter da dependência, Cardoso (1995, p.10) faz um apontamento a um de seus trabalhos anteriores (Cardoso e Faletto, 1975), no qual analisava a internacionalização do mercado. No trabalho recente, ele afirma que o que, de fato, ocorreu foi a internacionalização do próprio processo produtivo, “apoiada na revolução tecnológica da microeletrônica”. Afirma ainda que a grande tendência do mundo moderno é a globalização da economia ou, em outras palavras, a unificação do *processo econômico* em escala mundial.

O autor observa que a nova análise provém de uma revisão posterior aos estudos sobre a dependência elaborados pela Cepal, enfocando a existência de relações “estruturais e globais” que unem os países periféricos aos centrais. “Existe, pois, uma articulação estrutural entre o centro e a periferia e esta articulação é global: não se limita ao circuito do mercado internacional, mas penetra na sociedade (...)” (Cardoso, 1995, p.19).

Conforme Cardoso (*id. ibid.*, p. 20-21), a contribuição dos cepalinos consistiu em mostrar que, a partir da década de 1950, havia uma nova dinâmica no capitalismo internacional, estimulada pelas empresas multinacionais, as quais levariam a uma nova divisão internacional do trabalho: estava em curso a internacionalização da produção capitalista. Resultante dessa dinâmica, para o autor, foi a predominância de uma nova linha de análise, que tendeu a demonstrar que dependência e o desenvolvimento capitalista podem “marchar paralelos”, ou seja, o “imperialismo”, que antes fora obstáculo à industrialização dos países periféricos, passou a gerar um certo tipo de desenvolvimento industrial.

De acordo com o autor, a atual forma de “industrialização dependente” traz uma transformação na estrutura da sociedade, uma melhoria no nível de vida da população, porém isso não quer dizer que resolva os problemas desta, porque tal expansão do mercado beneficia principalmente segmentos isolados da sociedade, como os empresários, os gerentes, os técnicos e os profissionais liberais, em detrimento de trabalhadores rurais e urbanos que ganham salário mínimo (id. *ibid.*, p. 23-24).

Pela ótica de Furtado (1983, p.126), a análise da “nova dependência” está associada, a exemplo de Cardoso (1995), às empresas transnacionais e à dívida externa. Em razão da integração dos mercados, houve uma extensão do processo de integração transnacional das atividades produtivas às economias periféricas. Em suas palavras, “a integração dos mercados, dos países centrais constitui seguramente poderosa alavanca do crescimento, por quanto abriu novas possibilidades às economias de escala e intensificou a concorrência. Contudo, sua mais duradoura consequência foi criar condições para que as atividades produtivas se organizassem transnacionalmente. A concentração do poder econômico ia, por essa via, tomar novo fôlego” (id. *ibid.*, p.165).

Furtado afirma que as empresas instalaram-se, simultaneamente, em diversos países, especializando as diferentes filiais em uma ou mais etapas do mesmo processo produtivo ou em distintos produtos de uma linha de produção. A transnacionalização, iniciada nos Estados Unidos em direção aos países de industrialização avançada, à medida que aumentava a concorrência, direcionava-se para os países subdesenvolvidos em busca de mão-de-obra barata (id. *ibid.*, p.106-107).

O autor complementa ainda que as empresas transnacionais, ao se transferirem para os países subdesenvolvidos, procuram homogeneizar o mercado e padronizar os produtos. Isso lhes dá economias de escala, maximizando a rentabilidade de seus investimentos, induzindo as economias periféricas a se adaptarem às exigências da racionalidade econômica das transnacionais e exigindo atualização de seu parque industrial. Nos países latino-americanos, a transnacionalização ocorreu simultaneamente a um período de declínio das exportações, gerando pressões crescentes sobre o balanço de pagamentos e resultando no apelo ao mercado financeiro internacional (p.122).

Furtado diz que, ao buscar recursos no exterior para compensar os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos, o país periférico cria condições para que esse desajuste persista e se agrave (aumento dos juros da dívida e de seu estoque). Como a poupança interna é insuficiente, os investimentos só ocorrem através da captação ou tomada de empréstimos no mercado internacional (id. *ibid.*, p. 124).

Assim, segundo o autor, à medida que aumenta o índice de endividamento, os países periféricos submetem-se a uma crescente internacionalização de seus circuitos

monetários, financeiros e comerciais: “O crescimento dos capitais compensatórios obtidos no exterior para cobrir déficits do Balanço de Transações Corrente gera um aumento da base monetária (liquidez) sem a contrapartida do crescimento real (PIB)” (p.127). Com vistas a diminuir o impacto inflacionário, os bancos centrais emitem títulos com juros atrativos para serem absorvidos pelo mercado interno (aumento da dívida interna); aliado a isso, o governo e as empresas, para captar recursos no exterior, pagam juros mais elevados que os vigentes no mercado internacional.

Com isso, prossegue Furtado (1983), a política cambial se enfraquece uma vez que o governo não pode realizar desvalorizações competitivas (com vistas a tornar o produto mais barato no exterior e aumentar as exportações) sob pena de diminuição da taxa de juros real paga aos investidores internacionais, aliado a custos financeiros adicionais para as empresas nacionais endividadas no exterior. Em sua ótica, “a tendência, portanto, é no sentido de perda de autonomia das autoridades monetárias e da redução do alcance dos instrumentos de política econômica”, ou ainda, “a partir de certo ponto a possibilidade dos bancos centrais de levar adiante uma autêntica política de mercado aberto se reduz ou desaparece” (id. *ibid.*, p.127).

Dessa forma, os centros nacionais de decisão, em razão de não poderem lançar mão de instrumentos tradicionais de políticas monetária, cambiária e fiscal, são levados à “semiparalisia”. Furtado debita essa perda de comando do sistema econômico ao endividamento externo desordenado (id. *ibid.*, p.128).

## 6 CONTRADIÇÕES / INOVAÇÕES À “TEORIA”

Paradoxal se revela o novo caráter da dependência ressaltado por Furtado e Cardoso, ou seja, a internacionalização de mercado ou do próprio processo produtivo, buscando mão-de-obra barata e mercado de consumo nos países periféricos. A irracionalidade do processo está em que os detentores do capital expõem à fragilidade seus próprios investimentos em função de suas atitudes especulativas, caso exemplificado pela recente crise do Sudeste Asiático, que teve repercussões economicamente negativas em todo o mundo.

Não obstante essas modernas observações, um enfoque mais recente dado à dependência partiu do próprio Cardoso (1995), que mostra que as relações econômicas contemporâneas levaram tanto as economias em desenvolvimento quanto as desenvolvidas a se tornarem dependentes do capital financeiro especulativo: “o mercado de derivativos e os fluxos de ‘hot money’”. Assim, a necessidade de se criar mecanismos de defesa em relação ao capital especulativo não é prerrogativa exclusiva dos países periféricos, mas também dos desenvolvidos.

Tal afirmação é confirmada oportunamente pelo incidente da crise do Sudeste Asiático, causada pela ação do capital financeiro especulativo, que preocupou, além dos países emergentes, também as grandes potências como os Estados Unidos (Clinton, p. 20).

Um aspecto julgado de importância e que não encontra fundamentação teórica nas obras pesquisadas, mas que se manifesta de forma clara, é a existência da relação de dependência entre países periféricos, o que neutraliza, de certa forma, os conceitos elaborados acerca da própria “teoria”, que sempre tratou dessa em termos de países cêntricos e periféricos, desenvolvidos e subdesenvolvidos. O que chama atenção é o fato de essa relação periférico/periférico não se tratar de um fato novo, mas, sim, que esteve presente desde as primeiras formulações da “teoria”.

Atualmente, tem justificado essa posição a análise de Montoya (1994, p.73), segundo o qual não existe uma diferenciação clara entre países ricos e pobres na América Latina, pois, apesar de suas economias díspares, são países “que apresentam sérios desequilíbrios internos que se traduzem num desenvolvimento econômico concentrado e desorganizado”, o que torna difícil uma percepção das relações de dependência.

Outro ponto que se afigura como inovação à “teoria” é aquele que oferece Cardoso, quando afirma que os países cêntricos também são passíveis de dependência, isso em razão da atuação do capital financeiro especulativo. O sentido de inovação encontra-se no fato de a caracterização de dependente nas análises anteriores pertencer unicamente aos países periféricos. Essa constatação, em consequência, altera os velhos conceitos generalizantes de que as formas de dependência não se manifestavam de forma isolada. Tal concepção é atribuída exclusivamente aos países periféricos, não se estendendo aos cêntricos, onde a dependência se configura apenas como financeira, não agregando outras formas (políticas, tecnológicas, etc.).

Diante dessas afirmações, cabe generalizar a existência de dependência entre países, sem explicitar seu grau de desenvolvimento, o que contraria frontalmente os fundamentos iniciais da “teoria”. Ao admitir-se a importância do capital financeiro especulativo à margem do controle dos bancos centrais dos países e a dependência desses para com aquele capital, pode-se argumentar que, além das relações dependentes entre nações, há um terceiro componente, sem pátria ou identidade, que é o próprio capital especulativo.

## 7 INTERDEPENDÊNCIA: UM NOVO CONCEITO

Das análises de Cardoso e Furtado conclui-se que, a partir da internacionalização do processo produtivo, teve-se como conseqüência um questionamento: essa inter-relação entre as economias centrais e periféricas, apresentada como um fenômeno global, não deveria ser considerada como interdependência ao invés de dependência ?

A esse questionamento, dependentistas como Cardoso (1995) não se abstiveram de tomar uma posição. Eles admitem, tendo o mesmo como porta-voz, que essa nova relação requer mão-de-obra e mercado da periferia e que partes substanciais do processo produtivo são desenvolvidas nessa, permanecendo, no entanto, o fluxo financeiro necessário para assegurar a circulação dos bens em nível mundial e a tecnologia aplicada, que permanece controlada pelo centro.

Cardoso deixa claro que as relações centro-periferia se alteraram com a industrialização dependente-associada, mas reforça a idéia de que essas repõem em outra perspectiva a assimetria estrutural entre economias centrais e periféricas e que, nesse sentido, “sempre houve interdependência entre economias”. Há, no entanto, uma corrente mais moderna, que toma forma e se consolida como um caminho de reversão a esse pensamento e que está presente em Mantega (1995) e Montoya (1998) os quais seguem linhas semelhantes.

Mantega (1995) expressa-se, com relação à interdependência, dizendo que a maior parte do capital aplicado nas atividades industriais, pelo menos no caso do Brasil, foi gestada na própria economia brasileira e que o capital estrangeiro não obstaculizou que houvesse a formação de capitais nacionais, ao contrário, favoreceu para que isso ocorresse. Prosseguindo, defende que, quanto à dependência tecnológica, essa foi paulatinamente sendo absorvida, difundindo-se e ficando ao alcance dos monopólios nacionais, os quais, mesmo sem plena autonomia, tornam viável a produção de tecnologia de médio porte.

Numa reflexão mais atual, Montoya (1998), por sua vez, fornece uma indicação de que um aumento na interdependência das economias, coordenado por uma autoridade supranacional autônoma, resultaria na superação do conceito tradicional de dependência, uma vez que, “num sistema econômico integrado, os multiplicadores setoriais e os efeitos de transbordamento, entre outros”, estendem-se promovendo o crescimento econômico dos países envolvidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitas as análises a respeito da dependência, conceito mais evidenciado na década de 1950, tendo como seu fórum a Cepal, acredita-se que esta mantém seus fundamentos básicos uma vez que o contexto de desigualdades econômicas e sociais no qual foi concebida persistem. O que se faz necessário, no entanto, é a atualização dos conceitos visto que, desde o período inicial dos debates cepalinos até os dias atuais, houve mudanças estruturais que alteraram o sentido dos temas articulados pela “teoria” da dependência, tendo como consequência novas interpretações.

Essas trazem à tona o questionamento sobre a existência de dependência ou interdependência nas relações entre países, caracterizadas modernamente pela tendência à formação de blocos econômicos, dos quais não se pode esperar, à primeira vista, que os benefícios dessa parceria gerem uma distribuição igualitária, uma vez que as economias que se unem são geralmente muito díspares - note-se o caso específico do Mercado Comum do Sul -Mercosul.

Pode-se afirmar que fazer parte de um bloco econômico não assegura a nenhum país condições favoráveis, nem lhe extingue algumas características de dependência, como no caso da América Latina, ainda mais considerando seus processos anteriores de integração, que não configuraram uma relação com as qualidades idealizadas por Prebisch na década de 1950.

Particularizando-se o caso do Mercosul, onde despontam como economias de menor expressão países como o Paraguai e Uruguai, em relação à supremacia brasileira, pode-se considerar, enfatizando aspectos mais antigos da dependência, que não lhes restariam quaisquer alternativas senão integrar-se ao bloco, apesar da inalteração de suas características de nações dependentes.

Numa visão mais contemporânea da dependência, no entanto, a interdependência, amparada nas idéias dos economistas Mantega e Montoya, sugere-se que essas relações podem ser trabalhadas de forma positiva, estendendo o crescimento econômico a todos os parceiros do bloco.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÚNKINA, M. *Centros y periferia del mundo capitalista*. Moscou: Editorial Progreso, 1986.
- CARDOSO, Eliana; HELWEGE, Ann. *A economia da América Latina: diversidades, tendências e conflitos*. São Paulo: Ática, 1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique (A). *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

- \_\_\_\_\_; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_, SORJ, Bernardo; FONT, Mauricio (Orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. (B). Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*. v. 15, n. 4 (60), out./dez. 1995.
- CLINTON pede ajuda para países asiáticos. *Zero hora*, 26 nov. 1997.
- FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. São Paulo: Fundo da Cultura, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril, 1983.
- \_\_\_\_\_. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, s.d.
- LIBROS DE LA CEPAL. *Quince Años de desempeño económico*. América Latina y el Caribe, 1980-1995, n. 43, Santiago do Chile: Publicación de las Naciones Unidas, 1996.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- MONTOYA, Marco Antonio; CHAMINÁDE, Cristina. Teoria e praxe da integração econômica na América Latina: uma abordagem dos desequilíbrios regionais. *Revista Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo: FEA, UPF, ano 2, n. 4, 1994.
- MONTOYA, Marco Antonio. *A matriz insumo-produto internacional do Mercosul em 1990: a desigualdade regional e o impacto intersetorial do comércio inter-regional*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) - Esalq/USP.
- MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.
- PEREIRA, Luiz (Org.). *Subdesenvolvimento e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- PREBISCH, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Transformación y desarrollo: la gran tarea de América Latina*. México: Fondo de Cultura Econômica, s.d.
- RICHERS, Raimar. *Rumos da América Latina: desenvolvimento econômico e mudança social*. São Paulo: Edgard Blucher, 1975.
- SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. 6. ed. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

## SYNOPSIS

### *INTERDEPENDENCE: A CONTEMPORARY VISION OF THE DEPENDENCE "THEORY"*

*The aim of this paper is to point out the modernity of the "theory" of dependence which currently consists of the tendency to interdependence. Therefore, an evolutionary study is presented from the CEPAL origin up to the new character, in the internationalization of the world productive process, showing a constant and current presence, although changed, of the essential questions belonging to the "theory" of interdependence.*

## SINOPSIS

### *INTERDEPENDENCIA: UNA VISION CONTEMPORANEA DE LA "TEORIA" DE LA DEPENDENCIA*

*El objetivo de este artículo es destacar la modernización de la «teoría» de la dependencia que, actualmente se constituye como una tendencia hacia la interdependencia. Para tanto, se presenta un estudio evolutivo desde su origen cepalina hasta su nuevo carácter, en la internacionalización del proceso productivo mundial, demostrando la presencia constante y actual, a pesar de ser modificada, de las cuestiones esenciales pertinentes a la «teoría» de la dependencia.*